

# O fantasma da obra: autorialidade e instâncias da enunciação na cenografia autobiográfica<sup>1</sup>

*Phantom of the work: authorship and instances of enunciation in a self-biographical scenography*

Tiago Éric de Abreu<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo propõe uma análise do funcionamento discursivo da autoria e das instâncias de enunciação em textos autobiográficos, a partir do quadro conceitual da Análise do discurso (MAINGUENEAU, 2016), com o objetivo de investigar de que modo os eventos enunciativos do *corpus* instituem um regime de subjetivação em que se inscrevem imagens de autor, constituídas na cenografia que legitima a enunciação. Analiso os eventos enunciativos de textos autobiográficos associados ao campo da Psicologia. O estudo se desenvolve em torno ao mecanismo de inscrição da subjetividade por meio da mobilização das noções de imagem de autor e cenografia, a fim de reafirmar a tese de que o enunciador cria as condições da própria enunciação. Trabalho com um *corpus* composto de textos autobiográficos de Carl Gustav Jung (1875-1961) – fundador da Psicologia Analítica, portanto, um posicionamento específico de um discurso constituinte. A análise apresentada demonstra que, no texto autobiográfico “Livro Vermelho”, a cenografia valida a inscrição da subjetividade autoral e legitima a fala individual como campo de estudos. O fato de a publicação da obra póstuma de Jung ter modificado a imagem do autor permite afirmar que, em um regime de subjetivação discursiva, inscrevem-se ao menos três instâncias de enunciação distintas na cenografia autobiográfica.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; autorialidade; instâncias da enunciação.

**Abstract:** This article proceeds an analysis of the discursive functioning of enunciation instances in self-biographical texts, based on Discourse analysis conceptual approach (MAINGUENEAU, 2016). The aim of this paper is to investigate how the enunciative events of the *corpus* establish a subjectivization regime which inscribes images of authorship, by considering the constitution of those images through the scenography that legitimates the enunciation. I analyse the enunciative events of self-biographical texts associated to the Psychology field. This study investigates the subjectivity inscription mechanism based on the concepts of author image and scenography, in order to reaffirm the thesis that the enunciator engenders the conditions of its own enunciation. The *corpus* is composed by self-biographical texts written by the founder of Analytical Psychology Carl Gustav Jung (1875-1961) – which represents a specific positioning within a constitutive discourse. The analysis presented here demonstrates that in Jung’s “Red book”, the scenography validates the inscription of authorship and legitimates the individual speech as a research field. Considering that the publication of Jung’s posthumous works modified the author’s image, we can affirm that the subjectivization space studied in self-biographical scenography is constituted by leastwise three different instances of enunciation.

**Keywords:** Discourse Analysis; authorship; enunciation instances.

## Introdução

Este artigo propõe, a partir dos conceitos do quadro teórico da Análise do discurso (MAINGUENEAU, 2016), uma análise do funcionamento das instâncias de autoria em textos que representam a cenografia autobiográfica, com o objetivo de

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 88882.429199/2019-01.

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU). E-mail: tiagoabreu@gmail.com.

demonstrar como se constitui o fenômeno da autoralidade. A hipótese de partida deste trabalho é a de que é possível analisar o mecanismo de inscrição da subjetividade na cenografia de enunciados autobiográficos, estudando-se o modo de constituição das instâncias de enunciação, conceitos que serão desenvolvidos no decorrer deste artigo.

O estudo dos espaços de inscrição da subjetividade, do ponto de vista da Análise do discurso, aborda o modo como as marcas enunciativas do interdiscurso constituem imagens de autor que são associadas a uma “Obra”. Com esta finalidade, abordarei o regime de subjetivação que opera nos enunciados autobiográficos assinados pelo psicólogo suíço Carl Gustav Jung (1875-1961).

Mobilizarei os conceitos de imagem de autor e instâncias de enunciação, paratopia e comunidade discursiva, inserindo este estudo no quadro teórico da Análise do discurso (MAINGUENEAU, 2016). Após a introdução que situa o quadro conceitual, apresentarei o *corpus* de pesquisa e a fundamentação teórica do trabalho; em seguida demonstrarei a análise e os resultados, apontando possibilidades de desenvolvimento dos conceitos para os estudos da linguagem e do discurso.

### **Autoralidade e instâncias de enunciação**

As abordagens que distinguem um sujeito enunciador e um sujeito exterior à enunciação subestimam a complexidade dos processos de criação textual, formando uma concepção limitada de enunciação. Opor simplesmente um “enunciador” e um “escritor”, um “interior” e um “exterior” ao texto é insuficiente porque não leva em consideração a questão genérica e o posicionamento no interdiscurso. Logo, subverter a apreensão imediata de um “interior” versus um “exterior” é uma condição para a reflexão sobre autoralidade<sup>3</sup> (MAINGUENEAU, 2016b, p. 103).

Para efeitos deste estudo, considero a instituição interdiscursiva da Psicologia moderna tomando-a como um discurso constituinte que pretende legitimar o direito de dizer o que diz impondo-se ante os outros campos sociodiscursivos (ciência, religião, literatura, filosofia). Analisarei, deste modo, os enunciados do *corpus*, demonstrando

---

<sup>3</sup> Em “Doze conceitos em Análise do discurso” (2010, p. 140), Dominique Maingueneau reflete sobre a autoralidade no campo literário, no entanto, expande os conceitos, com ajustes, para outros discursos.

como a cenografia e as instâncias de enunciação estão coordenadas no regime de subjetivação vigente no gênero autobiográfico.

Conforme demonstrou Maingueneau em “Gênese dos discursos” (2005), considerando a semântica global das práticas discursivas, cada posicionamento é atravessado por outros, contra os quais ele se coloca no interdiscurso a fim de se afirmar; assim sendo, a instituição discursiva está constitutivamente presente já na produção e circulação de textos e obras. Assume-se, deste modo, que o sistema de restrições semânticas<sup>4</sup> é inerente à condição sociodiscursiva dos sujeitos, conformando os próprios enunciados e a atitude do enunciador.

Em parte significativa dos estudos sobre a autoria, a preponderância das abordagens que analisavam o status das obras baseando-se na polarização entre um enunciador intratextual e um sujeito biográfico externo ao texto perdeu desde o romantismo até a década de 1960, quando então se disseminara a noção de “morte do autor” (FOUCAULT, 2000; [1966]). Esta ruptura visava desconstruir a ideia de sujeito moderno e a os efeitos de autoria de obras textuais. A reviravolta epistêmica deu ensejo ao surgimento de métodos de análise de textos que colocavam a intertextualidade em primeiro plano.

O apagamento da figura do autor permitia, portanto, considerar um “exterior” ao texto sem, no entanto, sair do “círculo da textualidade”. Este procedimento, conforme coloca Maingueneau (2005, p. 19), insere-se no debate entre as abordagens que consideram uma consciência criadora exterior à enunciação, e a abordagem intertextual da obra. Nada obstante, a ruptura epistemológica com a biografia autoral não alterou a limitação da apreensão “textualista” das obras. Considerando, pois, a Análise do discurso em sua função de zona de contato entre as ciências da linguagem e as ciências humanas, Maingueneau (2016) aponta possibilidades metodológicas para além da sociologia da literatura e da sociopoética, bem como da arqueologia foucaultiana.

Ao reorientar a abordagem da autoralidade Maingueneau (2016, p. 53) propõe que os eventos enunciativos de uma obra textual sejam compreendidos como instituição discursiva; logo, ao abordar determinados gêneros discursivos como

---

<sup>4</sup> Todas as valências semânticas de um discurso são reguladas por um sistema de restrições que formam o conjunto de enunciados válidos dentro de um posicionamento; aquilo que se pode ou não se pode dizer dentro deste sistema. trata-se, portanto, da “identidade” de um discurso específico, em um lugar e um tempo histórico (MAINGUENEAU, 2005).

produto e reprodutores de discursos constituintes, a AD opera um deslocamento do foco das questões que opõem texto e contexto, para ocupar-se do modo de existência das obras no interdiscurso. Desta forma, dissolvem-se as representações tradicionais do texto e do contexto para se admitir que não há um “dentro” e um “fora” do texto, uma vez que o texto seja considerado uma forma de gerir o contexto; logo, as condições de enunciação são geridas na própria constituição dos enunciados.

Nas abordagens de tipo enunciativo opera-se a distinção binária entre uma figura textual – “narrador” – e um caractere extratextual – “escritor”. Em seu trabalho “O contexto da obra literária” (2001, p. 121), Maingueneau enumera as limitações destas abordagens, e explora o alcance de um conceito ampliado de enunciação:

Quando se fala, em linguística, de situação de enunciação é para designar não as circunstâncias empíricas da produção do enunciado, mas o foco de coordenadas que serve de referência diretamente ou não à enunciação: os protagonistas da interação da linguagem, **enunciador** e **co-enunciador**, assim como sua ancoragem espacial e temporal (EU < > e TU, AQUI, AGORA) [grifos do autor].

Em textos posteriores, Maingueneau (2008; 2016) falará de “cenas da enunciação” para se referir às condições e instituições enunciativas materializadas nos textos. Em “Discurso literário” (2016, p. 135), o analista discorre que “‘entre’ o texto e o contexto, há a enunciação, ‘entre’ o espaço de produção e o espaço textual, há a cena de enunciação, um ‘entre’ que descarta toda exterioridade imediata”.

Conforme coloca Maingueneau (2001, p. 121), a cena de enunciação é constituída na própria enunciação, e o texto se converte em uma forma de gerir o “contexto”. Assim colocada a questão, o mundo representado pela obra tenderia a legitimar sua cenografia<sup>5</sup>. No entanto, fundamentalmente, “qualquer obra administra a seu modo a *relação entre o que diz e o próprio fato de que pode dizê-lo*” (MAINGUENEAU, 2001, p. 171).

Neste estudo, parto da noção de que um regime de subjetivação são aquelas condições sociodiscursivas (institucionais), cujas marcas linguísticas denotam a existência de espaços enunciativos em que se inscrevem imagens de autor; tais espaços são, por esta razão, chamados “instâncias de inscrição da subjetividade”

---

<sup>5</sup> A encenação discursiva construída na própria enunciação. Em “Cenas da enunciação”, Maingueneau (2008, p. 53) descreve: “um investimento *cenográfico* do discurso faz deste último o movimento em que se elabora uma representação de sua própria situação de enunciação”.

(MAINGUENEAU, 2016). A partir deste quadro conceitual, a análise da autoralidade abrange produção e recepção, sem que estas estejam dissociadas uma da outra: as obras podem ser abordadas do ponto de vista da *genericidade* (sua associação a gêneros historicamente instituídos), e da autoria, sem que haja contradição na análise. Logo, mobilizarei o conceito de “instâncias da enunciação”, noção fundamental para a abordagem da construção interdiscursiva de uma “identidade criadora”.

A instituição discursiva, sobretudo nos textos escritos, produz sentidos constituindo-se em um espaço de subjetivação, isto é, de constituição de imagens autorais. O processo de inscrição se dá, segundo Mussalim (2014, p. 23), na enunciação de uma determinada “identidade criadora”. É nesse sentido, pois, que pretendemos analisar o mecanismo de inscrição da autoralidade a partir do funcionamento dos regimes de subjetivação.

A Análise do discurso recoloca a concepção de instância autoral e nos permite analisar a interface textualidade/autoralidade dos enunciados psicológicos, considerando a Psicologia um discurso constituinte que produz as próprias condições de enunciação. Desta forma, o analista do discurso desloca a pergunta do foco foucaultiano – “o que é um autor” –, para concentrar a análise sobre qual o modo de funcionamento da autoralidade ou “espaço de subjetivação”, desmontando seus mecanismos discursivos.

Na obra “Discurso literário”, Maingueneau (2016, p. 52) afirma que

recusar noções como ‘visão de mundo’, ‘autor’, ‘documento’, ‘influência’, ‘contexto’, etc. é liberar espaço para um empreendimento de análise do discurso que traz para o primeiro plano a pressuposição mútua de uma enunciação e de um lugar nas instituições de fala.

A relação imediata entre um “lugar” e uma “enunciação” tende a produzir a legitimação de um posicionamento cujos vetores atravessam as dimensões sociológica, histórica e etnológica do discurso. É possível indagar os processos que se dão no universo mais amplo da comunidade discursiva<sup>6</sup> – publicações póstumas, prefácios, notas de rodapé, cartas pessoais do autor –, bem como considerar os textos canônicos e assim recolocar a questão da instituição autoral sob o prisma da encenação, do contrato e do ritual (cenas de enunciação, cenografia, cena

---

<sup>6</sup> Segundo Maingueneau (2016, p. 95), uma teoria da “comunidade discursiva” tenta articular as formações discursivas com o funcionamento de grupos de produtores e gestores que as fazem viver e que vivem delas.

englobante). Os conceitos serão discutidos em articulação concomitante com a problematização do *corpus*.

### **A cenografia autobiográfica**

A delimitar como *corpus* de análise textos associados ao campo da Psicologia, circunscrevemos eventos enunciativos que apresentam uma problemática do ponto de vista das instâncias autorais e da cena de enunciação: o “Livro vermelho”, elaboração estetizante<sup>7</sup> de textos compostos sob a técnica da imaginação ativa, e enunciados através da cenografia de uma dramatização autobiográfica. Intitulado também *Liber novus*, o livro é o fac-símile de um manuscrito de Carl Jung<sup>8</sup>.

O modelo de Jung são os códices medievais, os quais o autor emula, com a caligrafia gótica que utiliza na manuscrição, e pela forma de encadernação das páginas em fólhos numerados em frente e verso. O “códice” de Jung foi fotografado, editado com comentários e prefácios na publicação póstuma do “Livro vermelho”, que veio a público em 2009, em edição bilíngue alemã e inglesa. Compõem ainda o *corpus* deste estudo uma biografia, epístolas e obras científicas do autor, a fim de situar o problema da autoria na conjuntura do interdiscurso.

Os mecanismos de inscrição de autoria na obra “Livro vermelho” de Jung (2013a) sinalizam o confronto de posicionamentos nas fronteiras entre os campos literário, religioso e científico do início do século XX; o modo de inscrição do autor na obra constitui uma paratopia, na medida em que os textos são atravessados por enunciados dos campos das artes, dos discursos religioso e científico.

“O psicólogo é obrigado a adentrar vários domínios, deixando o castelo seguro de sua especialidade” (JUNG, 2013b, p. 86). De fato, o psicoterapeuta tem licenças para transgredir as fronteiras disciplinares, pois trata-se da “busca pela verdade”, e ele o faz “por amor ao conhecimento”, o que o aproxima do pensador. A Psicologia é assim apresentada como um discurso constituinte, o que legitima suas incursões por outros domínios a fim de se colocar no interdiscurso: o psicoterapeuta “não conseguirá

---

<sup>7</sup> Maingueneau (2001, p. 172) escreve: “A elaboração estética vem acrescentar ao mundo uma obra cuja densidade e cuja necessidade interior superem e contestem a vacuidade e a contingência supostas”.

<sup>8</sup> Carl Gustav Jung (1875-1961), psicólogo, fundador da Psicologia Analítica.

limitar a alma à estreiteza do laboratório e do consultório médico; deverá persegui-la em domínios talvez estranhos a ele” (JUNG, 2013b, p. 86).

Esse procedimento é compreensível, haja vista que o posicionamento da Psicologia Analítica emerge e se constrói no interdiscurso e no embate com os discursos científico, religioso, filosófico e literário:

É certo e até mesmo evidente que a psicologia, ciência dos processos anímicos, pode relacionar-se com o campo da literatura. A alma é ao mesmo tempo mãe de toda ciência e vaso matricial da criação artística (JUNG, 2013b, p. 87).

A ciência é por demais superficialidade, somente palavras, apenas instrumento” (JUNG, 2013a, p. 417).

Nenhuma cultura do espírito [intelecto] é suficiente para fazer da tua alma um jardim (JUNG, 2013a, p. 128).

Uma das características da instituição de fala que é a Psicologia Analítica é que ela tenta integrar, na produção de sua semântica global, aqueles significantes aparentemente insignificantes e socialmente interditados, os quais a medicina tradicional do Ocidente por muito tempo ignorou ou relegou ao território do irracional, da psicopatologia, do inverossímil.

Ao lado do campo da reflexão, há outro domínio, pelo menos tão vasto quanto ele, ou talvez ainda mais vasto, onde a compreensão racional e a descrição dificilmente encontram algo que possam captar. É o domínio do Eros. Na Antiguidade, este era considerado como um deus cuja divindade ultrapassava as fronteiras do humano e que, portanto, não podia ser nem compreendido nem descrito. Eu poderia tentar abordar, como tantos outros o fizeram antes de mim, esse *daímon*, cuja eficácia se estende das alturas infinitas do Céu aos abismos tenebrosos do Inferno; mas falta-me a coragem de procurar a linguagem capaz de exprimir adequadamente o paradoxo infinito do amor (JAFFÉ, 1986, p. 139).

Desse modo, a postura do fundador da Psicologia Analítica é a de alguém que “procura uma linguagem”, que integra ao seu campo de pesquisa aquelas *pedras rejeitadas pelos construtores* de outras posições do campo psicológico – tais como o behaviorismo e a psicanálise, por exemplo –; o posicionamento da Psicologia Analítica se constitui na interlocução com os enunciados religiosos, artísticos e filosóficos – considerados como constitutivos da condição sociodiscursiva dos sujeitos –, o que a

coloca na polêmica frente às abordagens positivistas e reducionistas do campo, as quais tendem mais à explicação psicopatológica dos fenômenos da religiosidade e da criação artística.

Jung atribui à Psicologia o status de uma ciência e não apenas se posiciona na polêmica com outros discursos fundadores – equiparando-a a todas as “outras” ciências – como também traça criticamente o limite de todo conhecimento discursivo, cuja semântica é restringida pela linguagem:

Como toda ciência, também a Psicologia tem apenas uma modesta contribuição para o melhor e mais profundo conhecimento dos fenômenos da vida, mas está tão longe do saber absoluto quanto suas ciências irmãs (JUNG, 2013b, p. 78).

A gestão da obra de Jung pelos editores trouxe a público diários, cartas e textos autobiográficos que vieram a contribuir para a modificação da imagem do autor. O gesto de censura, por exemplo, por parte da sociedade dos herdeiros de Jung que, interessada em ocultar certos fatos biográficos do autor, solicita a alteração de trechos de suas cartas pessoais destinadas à publicação (ELMS, 2009, p. 332), mostra que a instância pessoal de enunciação, ou o espaço de subjetivação ligado à imagem de *pessoa* (ser empírico, dotado de uma certidão de nascimento, “garante” de um texto), é um valor de inscrição determinante na gestão da imagem do autor pela comunidade discursiva, quando consideramos a dimensão de “regulação” da obra (MAINGUENEAU, 2016), isto é, aqueles eventos enunciativos em que o produtor dos textos negocia e justifica sua obra – tal como, por exemplo, na autobiografia.

No texto de um dos editores da obra de Jung, Sonu Shamdasani (2011, p. 14), lê-se:

Prólogo

“O mais amaldiçoado diletante”

“Não me transformem numa lenda”

Ocultista, cientista, profeta, charlatão, filósofo, racista, guru, antissemita, libertador das mulheres, misógino, apóstata de Freud, gnóstico, pós-modernista, polígamo, curador, poeta, falso artista, psiquiatra e antipsiquiatra – do que C. G. Jung ainda não foi chamado? Mencione o nome dele para alguém e é provável que você escute um desses rótulos, pois Jung é alguém a cujo respeito as pessoas têm

alguma opinião, consistente ou não. A rapidez do tempo de reação indica que as pessoas reagem à vida e à obra de Jung como se fossem suficientemente conhecidas. Entretanto, a própria proliferação de “Jungs” nos leva a questionar se, de fato, todos estariam falando de uma mesma criatura.

Em 1952, Jung reagiu ao fato de ter sido tão diversamente descrito como religioso, ateu, místico e materialista, com o seguinte comentário: “Em minha forma de ver, quando as opiniões a respeito de um mesmo assunto diferem amplamente, forma-se uma justificada suspeita de que nenhuma delas seja correta, isto é, de que existe um equívoco” [“Religião e Psicologia”, OC 18, § 1500, trad. mod.]. Quase cinquenta anos mais tarde, o número de opiniões e interpretações divergentes sobre Jung multiplicou-se de maneira prodigiosa. Ele se transformou num personagem sobre quem uma infindável sucessão de mitos, lendas, fantasias e ficções continuam a ser tecidas (SHAMDASANI, 2011, p. 14).

O trecho mostra as imagens de autor decorrentes do processo de recepção de seus textos, e a gestão destas imagens pela comunidade discursiva. Jung, porém, enunciou em diversos gêneros: seu “Livro vermelho”, junto com a autobiografia editada por Aniela Jaffé (1986) – ambas obras póstumas – mobilizam de maneira distinta os efeitos de sentido implicados pelas instâncias de inscrição de autoria, se comparadas às obras psicológicas veiculadas durante a vida do escritor.

Neste ponto, distinguindo alguns conceitos básicos: por “espaços de subjetivação” (MAINGUENEAU, 2016) ou de “funcionamento de autoria” entendo o regime de enunciação em que as distintas instâncias de inscrição – *inscritor*, *escritor* e *pessoa* – refletem imagens de autor, as quais interagem pela atuação de diferentes agentes da comunidade discursiva. O autor é assim considerado como um ator da cena que é construída na enunciação. A cena de enunciação põe em evidência uma atividade enunciativa capaz de gerar sua presença, ao mesmo tempo, no mundo que ela constrói e no mundo em que ela se constrói. Esta atividade enunciativa deve legitimar a situação de enunciação em que ela pretende surgir.

Ao abordar os enunciados autobiográficos ligados à constituição histórica da Psicologia Analítica considero-os no espaço interdiscursivo; como, pois, nos referirmos a seu estatuto, se o “Livro vermelho” institui um regime de enunciação que impõe um rito de escrita próprio?

*Ritos de escrita*

O ato de escrever, de trabalhar num manuscrito, constitui a zona de contato mais evidente entre “a vida” e “a obra”. Trata-se de fato de uma atividade inscrita na existência, como qualquer outra, mas que também se encontra na órbita de uma obra, na medida daquilo que assim fez nascer. A ponto de se discutir muitas vezes para se saber onde passa a fronteira entre o texto e o “antetexto” (MAINGUENEAU, 2001, p. 46-47).

O regime de subjetivação que opera na autobiografia se processa na instituição de uma interface entre vida e obra (Bio/grafia) que justifica e legitima uma imagem de criador: “os indivíduos se recolhem para criar, mas, criando, adquirem os meios de validar e preservar esse recolhimento” (MAINGUENEAU, 2001, p. 56). A obra de Carl Jung parece abranger esses dois extremos: a solidude e a produção *em e para* uma comunidade discursiva, haja vista a heterogeneidade de seus escritos, oriundos de transcrições de conferências, conversas com pacientes, auto experimentos, artigos em revistas, registros autobiográficos, etc., nos quais interagem as imagens autorais do médico – e psicólogo –, do escritor erudito, do pai de família, a figura do sábio representante da espécie humana.

A paratopia é, não somente o que torna a obra possível, como também aquilo que a obra configura e legitima dando-lhe sentido. Este conceito, como o coloca Maingueneau (2016, p. 26), diz respeito a um “pertencimento paradoxal”, que é não apenas condição, mas é também o “motor da criação e da enunciação”. A paratopia de um discurso constituinte – o da Psicologia Analítica, pra efeitos deste estudo – dá-se de maneira que a instituição discursiva “não pode de fato pertencer plenamente ao espaço social”, mantendo-se “na fronteira entre a inscrição em seus funcionamentos tópicos” e sua autolegitimação enunciativa (MAINGUENEAU, 2016, p. 92). Este “não pertencimento” parcial ao espaço social reflete-se na enunciação: é a condição de validação dos próprios enunciados e da produção de seus sentidos, em um movimento de autolegitimação. Como todo discurso constituinte, a Psicologia não se encerra em um território dado, mas é comparável a uma “rede de lugares” sociodiscursivos.

É, portanto, por meio da paratopia que a obra pode vir à existência (MAINGUENEAU, 2016, p. 119), no sentido de que é preciso deslocar-se dos lugares já referendados para enunciar uma nova “região do conhecimento”. A paratopia em jogo na Bio/grafia junguiana é paradoxal: o “Livro vermelho” foi composto em sua maior parte na biblioteca de Jung, um espaço apartado do universo cotidiano,

portanto, paratópico tanto quanto à cronografia (manuscrito em caligrafia gótica) quanto à topografia (“paratopia espacial”) (MAINGUENEAU, 2010, p. 161). Na biblioteca do erudito, espécie de museu da memória discursiva, convivem manuscritos clássicos e códices medievais, falas de filósofos, entidades mitológicas e ditos religiosos das mais variadas procedências do Ocidente e do universo discursivo oriental.

Parecia-me que estava vivendo num manicômio que eu mesmo tinha construído. Eu andava para lá e para cá com todas estas figuras fantásticas: centauros, ninfas, sátiros, deuses e deusas como se fossem pacientes e eu os estivesse analisando. Eu lia um mito grego ou negro como se um lunático estivesse me contando sua anamnese<sup>9</sup> (SHAMDASANI, 2009, p. 197).

No trecho a seguir, o enunciador se inscreve como o pensador reservado cujas ideias não foram bem compreendidas, e legitima um campo de estudos em torno da polêmica sobre a psique humana; neste deslocamento do lugar sociodiscursivo, o enunciador adota a postura (*ethos* ascético) do mensageiro cuja solitude é a condição (paratópica) para a criação:

Quando criança, sentia-me solitário e o sou ainda hoje, pois sei e devo dizer aos outros coisas que aparentemente não conhecem ou não querem conhecer. A solidão não significa a ausência de pessoas à nossa volta, mas sim o fato de não podermos comunicar-lhes as coisas que julgamos importantes, ou mostrar-lhes o valor de pensamentos que lhes parecem improváveis. Minha solidão começa com a experiência vivida em sonhos precoces e atinge seu ápice na época em que me confrontei com o inconsciente. Quando alguém sabe mais do que os outros, torna-se solitário. Mas a solidão não significa, necessariamente, oposição à comunidade; ninguém sente mais profundamente a comunidade do que o solitário, e esta só floresce quando cada um se lembra de sua própria natureza, sem identificar-se com os outros (JAFFÉ, 1986, p. 143).

Conheci todas as dificuldades possíveis para me afirmar, sustentando meus pensamentos. Havia em mim um *daímon* que, em última instância, era sempre o que decidia. Ele me dominava, me ultrapassava e quando tomava conta de mim, eu desprezava as atitudes convencionais. Jamais podia deter-me no que obtinha.

---

<sup>9</sup> “It seemed to me I was living in an insane asylum of my own making. I went about with all these fantastic figures: centaurs, nymphs, satyrs, gods and goddesses, as though they were patients and I was analysing them. I read a Greek or a Negro myth as if a lunatic were telling me his anamnesis”.

Precisava continuar, na tentativa de atingir minha visão. Como, naturalmente, meus contemporâneos não a viam, só podiam constatar que eu prosseguia sem me deter (JAFFÉ, 1986, p. 144).

É neste sentido que as condições de produção de sentido no “Livro vermelho” constituem uma “paratopia de identidade” (MAINGUENEAU, 2010, p.161). O processo de inscrição da autoria passa pelo deslocamento de um lugar sociocomunicativo dado de antemão; assim o *inscritor*<sup>10</sup> – enunciador e agenciador do texto (MAINGUENEAU, 2010, p. 143) – enuncia desde um espaço impossível criado pela própria fala – enunciar, neste sentido, é colocar-se, mas também deslocar-se. Deste modo, a paratopia se dá na impossibilidade de que a forma de subjetividade autoral assim engendrada pertença plenamente ao espaço social, ao mundo das atividades ordinárias. Este não-encontrar-seu-lugar é a condição de “fazer obra”.

Quando a produção é uma questão profundamente individual, a paratopia elabora-se na singularidade de um afastamento biográfico. Por sua maneira de ‘inserção’ no espaço literário da sociedade, o autor cria, na verdade, as condições de sua própria criação; há obras cuja autolegitimação passa pelo afastamento solitário de seu criador e outras que exigem sua participação em empreendimentos coletivos (MAINGUENEAU, 2016, p. 92).

Bio/grafia” que se percorre nos dois sentidos: da vida rumo à *grafia* ou da *grafia* rumo à vida. [...] Existe aí um envolvimento recíproco e paradoxal que só se resolve no movimento da criação: a vida do escritor está à sombra da escrita, mas a escrita é uma forma de vida (MAINGUENEAU, 2001, p. 46-47).

Estando, portanto, o discurso psicológico constituído de enunciados dos tipos auto-observação introspectiva e interpretação dos significados dos símbolos, qual é a forma de insinuação/inserção da Bio/grafia do autor Jung nos textos do campo?

Na análise do *corpus*, percebi que os eventos enunciativos do “Livro Vermelho” operam um trabalho de estabilização de enunciados. Na publicação póstuma da obra é possível observar a reprodução dos esboços anteriores ao volume caligráfico encadernado, que foram coletados pelo editor na biblioteca de Jung, e dispostos como notas de rodapé; as versões apresentam rasuras, trechos e palavras riscados, acréscimo de parágrafos feitos pelo autor. O trabalho de gerenciamento da obra pelo

---

<sup>10</sup> O *inscritor*, conforme coloca Maingueneau (2010, p. 143), não é o que faz o garante do texto, mas “o que se manifesta em particular através de seu recorte, de sua apresentação”.

editor Sonu Shamdasani, feito a partir do fac-símile dos originais, representa uma “montagem” de tipo histórico-investigativa, porém, nem por isso desprovidas do gesto de organização e interpretação, disposição e apresentação.

De acordo com Shamdasani (2009, p. 215), Jung considera suas experiências oníricas e visionárias como a gênese dos textos contidos no *Liber novus*, os quais representam, por sua vez, a gênese de sua obra psicológica. A obra paratópica é assim mostrada como sendo uma espécie de matriz ou protótipo germinal: de apenas 35 páginas do manuscrito “Livro vermelho” teria se desdobrado uma obra psicológica de mais de 400 páginas escrita por Jung – “Tipos Psicológicos” – texto de ampla repercussão na comunidade discursiva<sup>11</sup>:

Tomei todo meu material empírico de meus pacientes, mas a solução do problema tirei-a de dentro, de minhas observações do processos inconscientes. Procurei fundir essas duas correntes de experiência exterior e experiência interior no livro dos *Tipos* (JUNG, 2013a, p. 185).

Por isso falo principalmente das experiências interiores. Entre elas eu incluo meus sonhos e visões. Estes formam a *prima materia* de meu trabalho científico. Eles foram o magma ígneo a partir do qual a rocha a ser talhada se cristalizou (JAFFÉ, 1989 [1961]), p. 4).

Em “Tipos psicológicos” (1921), Jung observava que, em Psicologia, as concepções são “um produto da constelação psicológica subjetiva do pesquisador (OC, v. 6, §9). Esta reflexividade formou um tema importante em sua obra ulterior<sup>12</sup> (SHAMDASANI, 2009, p. 232 [nota 38]).

Da interpretação dos trechos, depreende-se o assim chamado “trabalho de estabilização dos enunciados”, através do qual os diferentes gêneros discursivos nos quais as imagens do autor se inscrevem, ao contrário de formarem uma *Opus* ou obra unívoca acabada, mostram uma obra espectral, fantasmagórica, edificada na instabilidade das fronteiras genéricas. O “Livro vermelho” se apresenta ao leitor e à análise de forma paradoxal: seu estatuto em termos de pertencimento a um gênero

---

<sup>11</sup> Da referida obra procedem os termos “introvertido” e “extrovertido”, tipologia que se vulgarizou.

<sup>12</sup> “In *psychological Types* (1921) Jung noted that in psychology, conceptions are “a product of the subjective psychological constellation of the researcher” (CW 6, §9). This reflexivity formed an important theme in his later work”. Tradução minha.

discursivo é dúbio. Ao princípio, lê-se: “Escrito por C. G. Jung de próprio punho, em sua casa em Küsnacht/Zurique, no ano de 1915”<sup>13</sup> (SHAMDASANI, 2009, folio 1f).

No excerto lemos “escrito por C. G. Jung, de próprio punho”, expressão que confere ao autor o estatuto de criador da obra que leva seu nome. São ainda oferecidas as coordenadas espaciotemporais (data em que foi escrito): é um procedimento que corrobora a lenda de uma “identidade criadora” (MAINGUENEAU, 2016). O fato de ter sido escrito a mão pelo próprio autor, isto é, com a caligrafia própria, supõe autenticidade, originalidade, por não ter sido adulterado pela intervenção/edição de outros sujeitos. Este procedimento coliga as instâncias do enunciador *agenciador* do texto, que faz seu garante, portanto, responsável por ele, e o “auctor” – responsável por um agrupamento de textos referidos a uma identidade que possui notoriedade, portanto, “autoridade”.

A cena de enunciação imposta pelo suporte “livro manuscrito em caligrafia medieval” atua como um embreante paratópico: denuncia o distanciamento do escritor e sua obra com relação ao “tempo moderno”. Este problema de paratopia discursiva, descrito por Maingueneau (2001, p. 62) como uma forma de posicionar-se em um “entrelugar”, demonstra que, por mais se aproxime da ideia de um “eu soberano”, o estatuto do enunciador oscila entre um “autor-responsável”, um “autor-ator” e o auctor”. O “autor-responsável” representa a “instância de estatuto historicamente variável que responde por um texto”; o “autor-ator” é aquele que gere uma trajetória ou uma carreira, “organizando sua existência em torno da atividade de produção de textos”. “Auctor” refere-se ao autor como correlato de uma obra maior (*Opus*) (MAINGUENEAU, 2010, p. 30).

De forma sintética, o processo de inscrição no “Livro vermelho” legitima a subjetividade do *escritor* Jung, e reforça o “mito do indivíduo” – ou “autoficção”, segundo Maingueneau (2001, p. 61). Os textos assinados por Jung que foram excluídos de suas “Obras completas” (*Collected Works*) vieram, portanto, a modificar a imagem autoral quando publicados postumamente.

### O fantasma do autor

*I am not my own history, or my historiographer.*

---

<sup>13</sup> “Written by C.G. Jung with his own hand in his house in Küsnacht/Zurich in the year 1915”. Tradução minha.

Ao enunciar neste *mídiu*m que é a rede televisiva, que o seu “eu” não é a sua “própria história”, nem tampouco seu historiador, esta observação vetusta inscreve a imagem de “cidadão comum do gênero humano” no afastamento do enunciador com relação à obra que leva sua assinatura. “Eu sempre desconfiei de uma autobiografia porque alguém nunca pode dizer a verdade. Na medida em que alguém é verdadeiro, ou acredita ser verdadeiro, isto é uma ilusão ou uma piada de mau gosto” (SHAMDASANI, 2005, p. 11).

O produtor de textos, posicionado em um entrelugar, negocia sua inserção como uma instituição por direito próprio, e valida sua autoridade criando uma obra “atópica”; assim ele se impõe no campo da Psicologia, em um regime de alianças e oposições com outros autores e “escolas”: para se colocar, Jung deveria instituir um lugar de fala que desestabilizasse o lugar das ciências médicas e humanas. Isso ele o faz enunciando através de um *ethos* crítico, analítico.

Pode-se concluir que a obra de Jung pertence a um quadro sócio-histórico em que a Psicologia tenta demarcar e ocupar um lugar entre as ciências, por meio da instituição da personalidade como um campo legítimo de estudos científicos, condição constitutiva da semântica discursiva desta obra. O nome autoral de Jung está colocado no status de um “auctor” porque seu prestígio se tornou de tal relevância que se publicam textos seus que não estavam destinados à publicação – como é o caso do “Livro vermelho”. De acordo com Maingueneau (2010, p. 32), “para ser plenamente auctor, é preciso ser reconhecido, ter uma ‘imagem de autor’”. Os mediadores (editores) da obra de Jung interviram reunindo seus textos e modificaram a imagem de autor associada a esse nome.

A assinatura “C. G. Jung” não se refere de maneira idêntica aos seus textos publicados como ensaios psicológicos, cartas pessoais, autobiografia, diários, prefácios em livros de outros autores, etc. Como já foi dito, cada uma dessas tipologias textuais e gêneros de discurso carrega de modo distinto a relação entre imagem de autor, obra e biografia.

O “Livro vermelho” compõe uma cenografia da odisseia íntima, peregrinação do escritor por regiões intrapsíquicas e seu diálogo com personagens que são personificações de funções mentais. Apresentarei, a seguir, uma análise da

cenografia de trechos do “Livro vermelho” que, ainda que indiretamente, são cruciais para se compreender o funcionamento da autoria.

O *corpus* apresenta enunciados metalinguísticos; os diálogos e solilóquios da obra são uma reflexão sobre o próprio processo de criação. A cenografia autobiográfica em forma de diálogos faz-nos ver a *pessoa* (pelo disposição textual cronográfica, em forma de diário) e a encenação do escritor: trata-se da escritura como processo discursivo de instituição da subjetividade, no qual, enunciando, o auctor (já consagrado e canonizado) desvenda o funcionamento da construção do sentido.

O discurso direto mostra a personagem “Alma” incorporando o *ethos* sábio, proverbial. A enunciação instaura a cenografia em que a alma fala desde uma posição onisciente, tal como uma proclamação oracular.

Se dizes que o lugar da alma não existe, então ele não existe. Mas se dizes que ele existe, então ele existe. Observa o que diziam os antigos na imagem: a palavra á ato criador. Os antigos diziam: no princípio era a palavra [logos]. As palavras que oscilam entre a tolice e o sentido são as mais verdadeiras (JUNG, 2013a, p. 130).

Neste trecho, o intertexto bíblico, que remete ao Evangelho de João, aparece como citação implícita – é a boca profética que fala e possui a autoridade de se apropriar do dito “verdadeiro”: o *ethos* oracular tem por efeito compor uma cenografia atemporal. A fala profética tem as marcas verbais bem definidas do augúrio e da profecia, que incorpora a atitude e a postura discursiva dos textos clássicos da Antiguidade, e dota o caráter da personagem “alma” da atitude, do caráter de mediadora entre a “verdade” e a “linguagem”, entre o discurso primordial, autêntico, e as falas cotidianas, uma vez que “Alma” fala por enigmas.

Analisando a semântica global desses enunciados e seus desenvolvimentos analíticos posteriores feitos pelo enunciador ao longo do texto, o *ethos* sapiencial, mântico, em que o co-enunciador incorpora a atitude da revelação oracular tem por efeito engendrar uma língua através da qual a alma torna-se uma interlocutora e pode ser “observada”, “interpelada”, podendo-se ouvi-la. O escritor assim se posiciona como um interlocutor do mundo psíquico; e seu texto toma os moldes de um metagênero dialógico – ao estilo platônico, ciceroniano; o que é, aliás, uma prática característica da psicoterapia, o diálogo; (na psicoterapia, o interdito na cotidianidade

dos discursos ganha espaço e voz; a linguagem assim transgride os enunciados referendados.

### Considerações finais

O posicionamento da Psicologia Analítica institui a audição da mensagem pagã, pré-cristã como resgate daqueles enunciados interditos pelo discurso eclesiástico da moral cristã, acorrentados ao submundo das falas interditas. O discurso mitológico subverte a moral convencional, e desta forma ocupa seu lugar na polêmica com o discurso religioso, filosófico e médico-científico.

A obra de Jung traz à tona certos sintagmas silenciados pela histórica cultural judaico-cristã ocidental; por isso emula o tom da fala dos antigos, a sentença lapidar, fato que é endossado pelos elementos paradiscursivos do *corpus*: as imagens pintadas a mão no livro. O valor de *inscritor* no “Livro vermelho” representa o aspecto de manufatura, da artesanaria de uma inscrição de entalhes que contornam o sentido do dito e do entredito.

“Tudo está predito. Mas quem saberá interpreta-lo?” (JUNG, 2013a, p. 130). Nestes trechos representativos, o enunciador incorpora o *ethos* profético. E coloca a significação sob o signo do enigma, donde a necessidade da descoberta de uma linguagem “autônoma”. O “Livro vermelho” joga com três registros linguísticos: o registro descritivo, em que são encenados os diálogos – no qual se confundem as imagens do “autor” e da “pessoa” –, o registro mântico, em que um “enunciador” interpreta poeticamente os eventos encenados, e uma terceira camada conceitual com que o “auctor” interpreta os enunciados das cenas dialógicas e apresenta traduções das cenas descritivas.

O solilóquio psicodramático do “Livro vermelho” encena a lenda do advento de uma obra (e o mito pessoal do seu “criador”/escritor). O texto “literário” de Jung está, logo, em relação interdiscursiva com sua obra psicológica, pois se estabelece como um discurso constituinte, fundador, que confere ao texto poderes de dizer. Este “poder dizer” se refere ao gesto autocrático, à autolegitimação autoral. Neste quadro conceitual, o “contexto” da obra é desvinculado da exclusividade dos pressupostos sociológicos e psicológicos e, no quadro da Análise do discurso, podemos considerar que o “contexto” está inscrito na cenografia da enunciação, isto é, o dizer se constitui

de forma a legitimizar o dito; o contexto e as circunstâncias de produção são, em outras palavras, constituintes intradiscursivos. Segundo esta abordagem, ao enunciar, o autor cria e gere as condições de sua própria enunciação.

Para concluir, a identidade autoral é também gerenciada: por editores, prefaciadores, tradutores, pela comunidade criada pela repercussão da obra (comunidade discursiva) e, como já foi dito, pela imagem de leitor esperado implicada no processo de inscrição. Tendo em vista a instabilidade de relações entre as instâncias autorais, a pergunta “*quem* é o autor dessa obra” admite um nome próprio como resposta; porém, esse é apenas um dos aspectos relacionados à enunciação: a identidade remete a um estado civil, uma biografia pessoal, instância ou forma de subjetividade à qual Maingueneau designa *pessoa*. Mas a imagem construída do autor pode também recair sobre o aspecto da trajetória literária do *escritor*. A instância *inscritor*, por sua vez, projeta a imagem do enunciador “intratextual”<sup>14</sup>. É na explicitação da imbricação destas três instâncias, portanto, que busquei embasar esta análise.

## REFERÊNCIAS

- ELMS, Alan. Jung's lives. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, n. 41, p. 331-346, 2005. Disponível em: [researchgate.net/publication/7569141\\_Jung's\\_lives](https://www.researchgate.net/publication/7569141_Jung's_lives). Acesso em: 16 mar. 2020.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JAFFÉ, Aniela. *Memórias, sonhos, reflexões*. Trad. Dora Ferreira da Silva. Nova Fronteira, 1986.
- JAFFÉ, Aniela. *Memories, dreams, reflections*. Trad. Richard e Clara Winston. New York: Vintage books, 1989.
- JUNG, Carl Gustav. *O livro vermelho*. Trad. Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- JUNG, Carl Gustav. *Obras completas*. Vol. 15. O espírito na arte e na ciência. Trad. Dora M. Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2013b.
- MAINGUENEAU, Dominique. Autoralidade e pseudonímia. *ABRALIN*. V. 15, n. 2, 2016. Disponível em: <http://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1286>. Acesso em: 14 mar. 2020.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. Trad. Décio Rocha. São Paulo: Parábola, 2008.

---

<sup>14</sup> A devida explanação destes conceitos precisa apoiar-se nas noções de espaço canônico e espaço associado, regimes de enunciação distintos, além dos limites desta exposição.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2016.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em Análise do discurso*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Parábola editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Criar, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MUSSALIM, F.; RODRIGUES, K. O funcionamento da autoria na epístola De Profundis de Oscar Wilde. *Criação & Crítica*, n. 12, p. 20-32, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/74774>. Acesso em 16 set. 2019.
- SHAMDASANI, Sonu. *Jung e a construção da Psicologia Analítica: o sonho de uma ciência*. Trad. Maria Sílvia M. Netto. Ideias & Letras: Aparecida, 2011.
- SHAMDASANI, Sonu. *Jung stripped Bare: by his biographers even*. New York: Routledge, 2018.
- SHAMDASANI, Sonu. "Introduction". In: JUNG, C. G. *The red book*. Trad. Mark Kyburz, John Peck, Sonu Shamdasani. London: Norton, 2009.

---

Recebido em: 17/04/2020

Aceito em: 13/06/2020